



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4943

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado ou não tramitado

Autoria: Kátia Maria dos Santos Oliveira

Data: 14/03/2000

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2000. (NÃO VOTADO). Torna obrigatória a publicação nos jornais de Montes Claros, a advertência quanto à exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Controle Interno – Caixa: 26

Posição: 83

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: não tramitado, não votado
U: 26
Ordem: 83
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2000

AUTOR:

VEREADORA KÁTIA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA

ASSUNTO:

TORNA OBRIGATÓRIA A PUBLICAÇÃO NOS JORNAIS DE -
MONTES CLAROS, ADVERTÊNCIA QUANTO A EXPLORAÇÃO SEXUAL E MAUS-
TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 14/03/2000
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Caixa



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº _____ / 00

Torna obrigatória a publicação nos jornais de Montes Claros de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Art. 1º - Os jornais de Montes Claros que tragam em seus classificados anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo ficam obrigados a publicar advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra criança e adolescentes.

Parágrafo único – A advertência de que trata o caput deste artigo deverá conter a seguinte frase: EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE É CRIME.

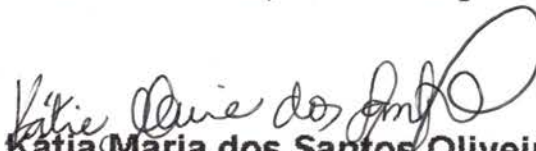
Art. 2º - A advertência de que trata o artigo 1º deverá ser publicada obedecendo as seguintes especificações:

- I – nas paginas dos classificados com destaque;
- II – em caixa alta;
- III – com tamanho mínimo de 10 x 05 cm.

Art. 3º - O ônus da publicação de que trata esta lei será de responsabilidade do jornal, sem custos para o Poder Público.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 10 de março de 00.


Katia Maria dos Santos Oliveira
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 15 DE MARÇO DE 2000

A. Silva

PRESIDENTE

O presente projeto de lei é legal e constitucional, embora redundante, porque já normatizado em leis anteriores.

Caravinhon L.

Etancudo proceda
quero



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

JUSTIFICATIVA

A exploração sexual de crianças e adolescente, bem como os maus tratos praticados por adultos que são, na maioria das vezes, pessoas com relação até mesmo de parentesco, tem sido objeto de muita preocupação de inúmeras famílias e da própria cidade e tem-se tornado um verdadeiro desafio para o Poder Público em busca de soluções para esta triste e desprezível realidade.

A cada dia a imprensa descobre e denuncia uma nova tragédia, como a máfia da Internet que a utiliza com veículo de disseminação de propostas sexuais praticadas contra crianças e adolescentes.

Apresento este projeto no sentido de contribuir para resgatar os valores éticos, morais e religiosos da nossa sociedade, e denunciar uma prática abominável que, infelizmente, tem-se tornado cada vez freqüente e corriqueira.


Kátia Maria dos Santos Oliveira
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PARECER

ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

RELATÓRIO

De autoria da Vereadora Kátia Maria dos Santos Oliveira o projeto de Lei nº ____/2000 em tela, "Torna obrigatória a publicação nos jornais de Montes Claros, advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra a crianças e adolescentes."

Enviada a proposição a esta Assessoria passamos a emitir o seguinte parecer.


FUNDAMENTAÇÃO

No exame do Projeto de Lei um destaque, nota-se que trata-se de matéria que já se encontra regulada pela lei nº 5250/67 (Lei da Imprensa) e na Lei nº 8.069/90 de introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o projeto de Lei nº ____/2000 é **ILEGAL E INCONSTITUCIONAL**

Sala da Assessoria Jurídica, 27 de março de 2000


Manoel Rodrigues Silveira
Assessor Jurídico